

## ATUALISMO E HISTÓRIA: PROPOSTA DE UMA NOVA CATEGORIA PARA PENSAR O CONTEMPORÂNEO

### UPDATISM AND HISTORY: PROPOSING A NEW CATEGORY TO THINK THE CONTEMPORARY

Manoel Gustavo de Souza Neto<sup>1</sup>  
Professor da Universidade Estadual de Goiás  
Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás  
manoel.neto@ueg.br

Resenha de: PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0 - Como a ideia de atualização mudou o século XXI**. 1. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

Com *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI* Valdei Araújo e Mateus Pereira, professores e pesquisadores da UFOP, propõem uma nova categoria para a Teoria da História. O debate concerne de imediato aos historiadores ocupados com a História do Tempo Presente, mas há de interessar também a estudiosos do contemporâneo em quaisquer áreas das Ciências Humanas. Isso porque o que os autores buscam identificar, inicialmente a partir da ressonância do termo *uptdate* e variações como *updatism* no Google Ngram, posteriormente a partir de uma pesquisa serial com dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e do Jornal do Brasil, é um processo de aceleração da experiência do tempo que diz respeito a todas as dimensões da sociedade e não apenas à maneira como lidamos com o passado. Diz respeito, inclusive, à forma como representamos para nós mesmos o presente e, logo, também à forma como organizamos nossas capacidades enquanto sociedade diante das demandas do aqui e agora da experiência histórica. Recuperando a boa lição de Marc Bloch, para quem não

---

<sup>1</sup> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5001968579795816>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2749-6881>.

apenas o passado interessa ao historiador, mas de igual modo o presente e, principalmente, a articulação entre ambos, os autores falam “numa mudança sutil e subterrânea da experiência: um substantivo deslocamento nas formas modernas de significar o tempo histórico” (p. 31).

Esta mudança os autores especificam ao ressaltar, ainda na introdução do livro, a forma como a categoria de atualização foi ganhando proeminência a partir dos anos 1960 e, principalmente, 1970, paralelamente a um crescente desgaste do conceito de progresso desde o pós-guerra.

O crescimento do campo semântico em torno da palavra atualização e a perda de energia de palavras como progresso em proporção semelhante, podendo indicar alguma relação competitiva entre os dois campos. O futurismo da primeira década do pós-guerra, tão afeito a uma ideia de progresso otimista, parece ceder bastante espaço para o ideal de um presente centrado atualista (p. 46).

Traços dessa sensibilidade são identificados pelos autores em períodos recuados do séc. XX e mesmo no séc. XIX, mas é a partir dos anos 1970 que se intensifica o uso da ideia de atualização como maneira de pensar a obsolescência, como forma, portanto, de reagir a um estágio específico do capitalismo. O capitalismo industrial teve a característica de inundar o mercado com uma quantidade jamais vista de produtos, criando assim as condições para o desenvolvimento de uma cultura do consumo que não deixa de guardar suas especificidades, conforme a realidade nacional e cultural que se tenha em vista, mas que é sempre marcada pela ideia de obsolescência, pela certeza de que todo produto, por maior que seja seu valor em dinheiro, tende ao desuso.

Na perspectiva dos autores a ideia de obsolescência parece se articular com aquele aspecto do conceito de progresso que permanece vigoroso no imaginário ocidental: o do progresso técnico, da atualização constante das tecnologias, dos automóveis, dos produtos eletrônicos e dos *gadgets*. A consolidação do conceito de progresso na esfera do conhecimento em geral e na das ciências em particular, a partir do séc. XVIII, culminou num incremento técnico intenso e veloz, não sem desgaste do aspecto humanista da filosofia da história do Iluminismo, que primeiro propagara esse ideário. Há aqui o colapso das filosofias da história não apenas no tocante à função meta-narrativa do progresso sem limites que a modernidade idealizou em diferentes versões, mas também em relação à temporalidade, que deixa

gradualmente sua forma teleológica, atribuindo assim nova dinâmica às relações entre passado, presente e futuro. No lugar de uma representação histórica que compreende o presente como breve passagem para um futuro aprimorado, surge um novo tipo de presente que busca estar à altura de si mesmo, que busca incessantemente a *atualização*.

Essa discussão, é claro, nos faz evocar clássicos da Filosofia, da Teoria da História e da História da Historiografia, que refletiram sobre a experiência humana do tempo em geral e do tempo histórico em particular. Talvez Walter Benjamin antes de tudo, já que sua obra tem sido lida como exercício modelar de crítica da teleologia em História – e, de fato, cruzamos com seu nome em vários momentos do livro. Foi, no entanto, em torno de Lyotard, Heidegger, Hartog e Gumbrecht que os autores buscaram apresentar a fundamentação teórica e filosófica de suas investigações.

Essa escolha, aliás, aponta para uma característica marcante de *Atualismo 1.0*: sua heterogeneidade formal, que beira o experimentalismo. A estrutura do livro contraria completamente o tratado acadêmico usual, mas não porque lhe falte rigor, uma fundamentação bibliográfica robusta ou uma abordagem conceitual responsável, que desenvolve paulatinamente as hipóteses. Se as duas primeiras partes do livro são eminentemente teóricas, os capítulos restantes constituem como que estudos de caso que podem causar espécie ao leitor mais purista devido ao seu teor extremamente fragmentário. Porém o leitor de Benjamin – ou do Gumbrecht de 1926 – não estranhará as páginas em que os autores elencam, fragmento após fragmento, trechos de edições do Jornal do Brasil dos anos 1970, para com isso dar a impressão de uma paisagem verbal à qual se pode aplicar circunstancialmente uma metodologia serial e quantitativa, que apela ao senso de proporção dos leitores que poderão assim ter uma razoável percepção da mudança na maneira de pensar que se fazia notar em vários fragmentos do JB. Esta mudança sugeria aos brasileiros a necessidade de acertar o passo com o tempo, de *atualizar-se*.

Ainda sobre a fundamentação teórica do trabalho, em Lyotard os autores buscam não tanto desdobrar o conceito de Pós-Modernidade, mas segui-lo nas “pistas que nos dá, no seu preciso diagnóstico, da guinada pós-industrial” (p. 51). Tais pistas apontam para uma mudança

que é, a um só tempo, ética e temporal no tocante à representação histórica. Mudança que se manifesta na crise do que Lyotard chamava “metarrelatos”, ou seja, os diferentes tipos de narrativa que conferem à toda teleologia histórica seu conteúdo, que é variável de acordo com o metarrelato em questão, enquanto a forma mantém-se fixa, teleologicamente orientada. No Gumbrecht leitor de Lyotard os autores certamente encontraram a caracterização deste cronótopo como “consciência histórica” pura e simples, bem como sua apropriação pela ideologia do progresso de matriz liberal tanto quanto pela retórica soviética.

O fato é que em Lyotard Valdeci Araújo e Mateus Pereira encontraram uma interpretação que tem o mérito de apresentar a contemporaneidade como uma época centrada na produção e circulação de informação ao mesmo tempo em que enfrenta uma crise generalizada dos critérios de legitimação das informações em geral.

Segundo os autores:

A crise de autoridade dos especialistas (*experts*) destacada por Lyotard e da noção de consenso em detrimento dos inventores e suas ‘parologias’ são temas hoje amplamente explorados por autores que analisam os impactos positivos e negativos, utópicos e distópicos, das redes sociais, da era digital e do pós-humano (p. 52-53).

É na já mencionada obra de Hans Gumbrecht, no entanto, que os autores encontram uma primeira definição do presente que dê conta da crise paradigmática investigada por Lyotard. Um presente que não mais se orienta pelo cronótopo moderno, ou seja, pela maneira moderna de representar o tempo – o tempo histórico em particular – termina por se dilatar, tornando-se depositário de passados diversos que, por sua vez, não se encontram articulados e não sugerem futuro.

Esse “presente amplo” assume contornos pessimistas, que os autores não deixam de notar e criticar.

Acreditamos que um dos problemas da reflexão sobre o presentismo ou o presente amplo é não estar suficientemente atenta a essas diferentes formas de presente, especialmente para o fato de que qualquer presente conterà em si formas específicas de passado e futuro (p. 222).

Em seguida o argumento de Gumbrecht é exposto em sua ambivalência, entre um olhar que busca ver de maneira positiva a mudança do cronótopo moderno, teleologicamente orientado para o futuro devido ao conceito de progresso, para outro, aquele de um presente

amplo onde a busca intensa pelo passado existe, mas não primordialmente em sua forma científica, de onde a crise institucional e não apenas epistemológica da História. E é em relação a essa crise que o olhar de Gumbrecht parece inovador, já que procura vislumbrar as potencialidades do momento em que uma cultura do sentido cede gradualmente passagem a uma outra, focada na busca por presença, fazendo com que convivam na cultura histórica contemporânea a busca tradicional pelo sentido, a hermenêutica do passado, de sua ontologia e de suas causas, e a busca por experiência, por um passado que se manifesta como presente justamente na medida em que invade o presente amplo. Uma contemporaneidade que não mais vislumbra o futuro de uma sociedade plenamente esclarecida pela razão e bem administrada pela técnica, se assombra com a eminência de catástrofes ecológicas, com o imenso desgaste das instituições republicanas no Ocidente. A História que puder sobreviver a essa crise paradigmática, à erupção de uma cultura da presença, será aquela que mais competente for em produzir não apenas conhecimento, mas também experiência do passado, devido a sua inserção no presente. Apesar de ter causado uma delicada repreensão dos autores devido ao diagnóstico de que a contemporaneidade seja antes de tudo o lugar de um presente sem futuro, para onde convergem temporalidades diversas que encontram então sua estagnação, parece ainda assim que o atualismo, entendido como categoria de análise, carrega algo dessa face positiva, não diria otimista, mas certamente propositiva do pensamento de Gumbrecht em que se coloca a questão de uma História à altura de uma cultura que transcende a busca por sentido em direção a uma busca por experiência, por *presença*.

Os conceitos de *presentismo* e de *regimes de historicidade*, do qual se ocupam em seguida os autores são tratados na acepção de François Hartog, a quem dedicam um tratamento extremamente crítico, num tom um bocado diverso daquele dispensado a Gumbrecht e Lyotard. Um leitor que não conheça os textos de Hartog poderia supor inclusive um autor mais ingênuo do que é o caso. Os autores insistem que quando se fala em regimes de historicidade abarca-se contextos empíricos drasticamente distintos sem suficiente demonstração e que esse tipo de modulação permite, por exemplo, falar tanto num regime de historicidade contemporâneo, quanto num pré-moderno, com critérios que talvez não deversem se aplicar a ambos os períodos sem mais. Mas é o tom algo pessimista que, como em Gumbrecht, marca a prosa de Hartog e

ao qual se busca uma alternativa a partir da obra de Heidegger, o que parece fazer com que os autores pensem a categoria de atualismo praticamente como uma alternativa ao presentismo de Hartog.

Se Hartog vê a contemporaneidade como que trancada num presentismo que enfraquece cada vez mais a capacidade das sociedades ocidentais de se orientarem pela História e Gumbrecht fala do presente amplo como depósito de fragmentos do passado desprovidos de potencial normativo, os autores de *Atualismo 1.0* preferem fundamentar-se na obra de Martin Heidegger, mais especificamente em sua teoria dos existenciais, que versa sobre o caráter próprio e impróprio de cada dimensão temporal: presente, passado e futuro.

O fato de que o tempo como vivenciado pelo *ser-aí* ser dotado de uma abertura simultânea para o passado e o futuro sugere aos autores uma maneira mais flexível de pensar o papel do presente numa teoria da história hodierna. A abertura do *ser-aí* tem a ver justamente com sua capacidade decisória, por meio da qual ele deixa sua marca no mundo da vida, no plano da miríade de fenômenos, entre os quais a decisão surge como um modo de gerenciar o tempo, como maneira de se posicionar, de assinalar um destino. Tal abertura sugere aos autores uma maneira de interpretar o presente que guarda mais potencialidades que o pessimismo de Gumbrecht e Hartog. Ocupados com as estruturas existências concebidas por Heidegger – disposição, decadência e compreensão, que o filósofo alemão atribui respectivamente a passado, presente e futuro – os autores buscam uma concepção de presente que, sem abrir concessões a reedição de qualquer versão das teleologias modernas, tampouco o define de maneira fechada como desprovido de futuro ou estagnado. Trata-se, por assim dizer, de reabilitar futuros possíveis para um presente que não pode mais contar com o *télos* modernista, o que se daria pela noção heideggeriana de que a compreensão é própria da relação entre o *ser-aí* e seu horizonte de expectativa. E que ela pode desdobrá-lo em futuros possíveis.

O que queremos compreender é a multiplicidade de dimensões de passado, presente e futuro nessas estruturas. Boa parte da literatura sobre historicidade tem tratado o presente como e fosse uma realidade singular e autoevidente. Veremos que podemos abordá-lo de outro modo, revelando suas diversas potencialidades par a compreensão das temporalizações (p. 83-84).

O conceito de compreensão os autores fizeram bem em distinguir daquele que advém do debate epistemológico de matriz neokantiana, que distingue entre os saberes ideográficos e nomotéticos, e que tanta influência exerceu sobre a fundação das Ciências Humanas, notadamente quando na Alemanha atendiam ainda por Ciências da Cultura (*Kulturwissenschaft*).

O tratamento sofisticado daquele período heterogêneo que nomeamos, de modo algo genérico, Historicismo é já uma marca das pesquisas desenvolvidas na UFOP. Quando é comum ainda ver-se amiúde a confusão entre Historicismo e Positivismo, Valdeci Araújo e Mateus Pereira confrontam Hartog em sua leitura das *Memórias* de Chateaubriand, acusando nele uma esquematização que pouco ou quase nada atendia às intenções do autor. Assim como haviam questionando em Gumbrecht e Hartog o fechamento do presente, retornam ao último para questionar o caráter exclusivamente teleológico da modernidade: “esperamos poder demonstrar que a modernidade não pode ser reduzida ao futurismo e que momentos presentistas ou passadistas são também constitutivos da temporalidade moderna”, ou ainda: “a leitura de Hartog parece arcaizar Chateaubriand” (p. 105). Trata-se, portanto, da mesma nostalgia que os autores haviam identificado num conceito de presente que surge no presenteísmo, o conceito de um presente fechado e que, portanto, oferece poucas possibilidades à imaginação histórica, ainda que ofereça possibilidades jamais vistas à memória e suas práticas, discursos e rituais.

O que está em jogo na leitura que Hartog faz de Chateaubriand é “a entrada no regime moderno de historicidade”. Chateaubriand tem para Hartog o valor de um elo perdido, um homem que viva para “enterrar o seu século” e em quem convergiam “influências neoclássicas e modernas” (p. 113). Representa o homem que habitou duas eras, que tem a alma talhada no Antigo Regime enquanto vivencia a modernidade como contradição, padecendo antes de tudo de sua estrutura temporal que, supostamente voltada de forma irreversível para o futuro, ameaçaria a consistência de um presente convertido em mero instante de passagem.

Onde Hartog parece ver como que um fóssil que atesta a eficácia de se pensar em termos de regimes de historicidade, os autores de *Atualismo 1.0* apontam um limite do conceito. Não é que Chateaubriand tenha vivido entre duas épocas, pois isso geraria a imagem equivocada de

dois períodos estanques, que não se relacionariam senão por oposição. Assim, Valdeci Araújo e Mateus Pereira cunham a imagem de um Chateaubriand cujo presente é não o lugar de cesura, mas de convergência de dois períodos. Não a fronteira entre dois regimes de historicidade, mas a atualidade intensiva onde o Antigo Regime e os filhos da Revolução partilham daquele traço marcante da modernidade: a multiplicidade dos ritmos, a estratificação dos tempos históricos da qual nos recordou Koselleck (teórico a quem os autores recorrem em mais de um momento como exemplo de alternativa teórica a Hartog).

Ele não está entre dois tempos, parece ter consciência de estar mergulhado numa atualidade sem forma, em que princípios em disputa estão misturados. No momento crítico e decisivo, quando os dois rios se chocam e as águas tornam-se turbulentas e turvas, ele mergulha, voluntariamente ou não, nesse ambiente conflituoso. Assim como o novo mundo que surge do conflito deve ser uma mescla de princípios opostos, também Chateaubriand se coloca como uma confusão desses dois mundos. (...) A figura de um homem entre dois mundos não parece revelar toda a complexidade dessa imagem de um mergulho, mesmo que voluntário, na confluência turbulenta de dois rios. Tudo parece sugerir a imagem de uma nova época como a mistura, não necessariamente sintética, desses dois princípios, o antigo e o novo, irremediavelmente envolvendo os contemporâneos (p. 116-117).

A impressão de experimentalismo formal se repete e se consolida com o capítulo em que são colocados lado a lado o episódio do impedimento de Dilma Rousseff, o conceito de pós-humanismo e a série *Black Mirror*, três exemplos heterogêneos em que a categoria de atualização demonstra sua fertilidade. A ousadia formal é recompensada e o leitor se sente bem conduzido enquanto as reflexões teóricas desenvolvidas anteriormente esclarecem e são esclarecidas pelos exemplos selecionados pelos autores, mais ou menos com a mesma eficácia notada na análise dos fragmentos setentistas do *Jornal do Brasil*. No tocante ao impedimento da então presidenta Dilma Rousseff os autores destacam uma ambivalência entre os sentidos assumidos pela História nas narrativas em torno do evento. Enquanto vários documentários eram produzidos tomando como certo o desfecho dos fatos, a própria presidenta e seus partidários mantiveram-se firme junto à uma concepção verista de História que no futuro supostamente seria responsável por “julgar e redimir”, ou seja, por desmascarar a narrativa oficial acerca do impedimento e restituir aos fatos históricos seu estatuto próprio. Ora, sobre a forma como Dilma Rousseff se refere à História, afirmando que “hoje o Brasil, o mundo e a História nos observam e aguardam o desfecho deste processo”, os autores tecem considerações que seriam taxadas de pós-modernistas ou relativistas pelo leitor mais purista, mas que



demonstra a sensibilidade para a dimensão estética da História e para como ela, agenciada como discurso, é mobilizada nos jogos da disputa política. Nas palavras dos autores:

É claro que um conjunto de profissionais – os historiadores – criam e escrevem sobre um passado especificamente histórico. Mas, talvez, “o passado histórico exista somente nos livros e artigos escritos por investigadores profissionais do passado e dirigido em grande medida para eles mesmos” (p. 185).

Com isso não se trata de negar realidade ao passado, mas sim de afirmar a multiplicidade de versões possíveis de acordo com as disputas por memória. Nesse sentido, os autores assinalam que há para White um paradoxo indesejável à medida em que a crescente cientifização da História se dá paralela a um movimento entrópico em que a própria comunidade acadêmica torna-se a principal consumidora de um tipo de conhecimento que deve ser julgado, portanto, de baixa ressonância.

Esperamos ter demonstrado que nosso presente não precisa ser pensado apenas como presente alargado, ou como um presente sem futuro, mas como uma forma de temporalização assentada em um modo específico do presente articular futuro e passado que estamos chamando provisoriamente de atualismo. O que esse movimento pode trazer de novo ao argumento presentista é esclarecer que não se trata substancialmente de uma ampliação (ou encurtamento) do presente, mas mesmo da ampliação de referências ao passado e ao futuro, porém em modo atualista (p. 123).

Amplio debate sobre o destino das humanidades em que a História é desafiada a se adequar aos novos tempos, não abdicando de seu rigor, mas adiantando-se em perceber as novas demandas por memória, bem como as melhores formas de saná-las de forma controlada num ambiente acadêmico que, ademais, depende de tal adequação para sua própria sobrevivência. Nesse sentido a reflexão sobre o atualismo aponta para outra acerca da ressonância do conhecimento histórico, aquela sobre a História Pública.